



Oliveira do Bairro câmara municipal

**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA PÚBLICA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DO
BAIRRO, REALIZADA NO DIA 28 DE
MARÇO DE 2019.....**

Aos vinte e oito dias do mês de março de dois mil e dezanove, nesta Cidade de Oliveira do Bairro, na Sala de Reuniões de Câmara Municipal, sita nos Paços do Município, realizou-se pelas catorze horas e trinta minutos, sob a Presidência do Presidente da Câmara, Duarte dos Santos Almeida Novo e com a participação do Vice-Presidente da Câmara Jorge Ferreira Pato e dos Vereadores Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas, Susana Maria da Silva Martins, António Augusto Marques Mota, Álvaro Miguel Ferreira Ferreira e Fernando José Martins da Silva, a reunião ordinária pública da Câmara Municipal de Oliveira do Bairro, ao abrigo do disposto no art.º 40.º e n.º 2 do art.º 49.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e nos termos das deliberações do Executivo Municipal datadas de 30 de outubro de 2017 e de 9 de novembro de 2017.

Pelo Presidente da Câmara foi declarada aberta a reunião, tendo-se procedido à apreciação dos assuntos constantes da respetiva Ordem de Trabalhos, antecipadamente entregue a todos os Vereadores.

PONTO 1 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA | ASSUNTOS DE INTERESSE CONCELHIO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara, e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Vereador Fernando Silva**, recordou que fazia um mês que tinha sido dito pelo Vice-Presidente da Câmara que se pretendesse ter acesso às contas do IPB – Instituto Profissional da Bairrada para solicitar as mesmas e nesse sentido solicitou autorização para as consultar.

Questionou quando é que viria o relatório sobre a educação, à Reunião de Câmara.

Questionou também o Presidente da Câmara, se tinha intenção de realizar reuniões de Câmara nas Freguesias do Concelho e, caso haja essa intenção, deu nota que as pessoas têm solicitado que as reuniões não se realizem no mesmo horário em que são realizadas normalmente.

Deu nota que iria apresentar um texto que tinha preparado, que era o balanço dos dezoito meses do presente Mandato Autárquico. Referiu que o movimento do UPOB verificava que na atual gestão existia um recorde de pessoal dirigente contratado, um recorde de Vereadores em funções a tempo inteiro e um recorde em termos de período de dezoito meses de recurso ao crédito na ordem dos três milhões de euros.

Relativamente aos Dirigentes, disse que os três primeiros que tinham concorrido na lista do CDS-PP,



Oliveira do Bairro câmara municipal

estavam a desempenhar funções a tempo inteiro, os números quatro e cinco da mesma lista, estavam também contratados em funções a tempo inteiro e ainda tinham ido buscar mais um elemento da lista do PSD a desempenhar funções a tempo inteiro, perfazendo seis no total com funções executivas ou dirigentes.

Acrescentou que o atual Executivo liderado pelo CDS-PP, tinha o Presidente da Distrital, o Presidente da Concelhia, ambos em funções a tempo inteiro, e tinha também constituída uma equipa de comunicação como nunca antes tinha havido, e com recurso bastante vasto às redes sociais para efeitos de propaganda.

Relativamente aos empréstimos disse que foram contraídos cerca de três milhões de euros, mas as candidaturas a fundos com valores relevantes não têm sido apresentadas, apenas eram informados, de forma vaga, que se tinha ganho candidaturas de apoio a diversas áreas, todas na ordem dos cinquenta mil euros.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportou-se à questão de alteração de trânsito na Póvoa do Forno, disse que tinha verificado a notícia publicada no Jornal da Bairrada, relativa à sessão de esclarecimento da população que teve lugar na sede da APOFORNO, com a presença de elementos da Câmara Municipal onde foi dado o esclarecimento correto do que iria acontecer naquela zona.

Recordou uma sugestão sua, que já tinha trazido a Reunião de Câmara, que tinha a ver com a colocação de uma placa na antiga cadeia e casa da Câmara Municipal, explicando o que tinha sido aquele espaço, dando dignidade ao mesmo. Sugeriu que a placa fosse colocada nas comemorações do dia do Município.

Referiu a preocupação existente não só a nível municipal, mas também a nível nacional, que era a não existência de habitações para arrendamento e por outro lado a existência de muitos locais para comércio vazios, sem arrendatários. Sugeriu que a Câmara Municipal encontrasse um mecanismo de apoio ao nível de arrendamento comercial jovem, da mesma forma que existe o apoio ao arrendamento jovem para habitação. Acrescentou que assim se poderia criar a potenciação de ideias com a abertura de novo comércio, ajudando a fixar mais jovens e mais investimento, trazendo mais receita para o Município.

O **Vereador António Mota**, referiu que os cinco minutos de intervenção que os Vereadores dispõem, na sua opinião não eram suficientes para conseguirem exprimir todos os assuntos que por vezes traziam. Sugeriu que se alterasse essa situação.

Reportando-se às obras que estavam a ser feitas pelo Concelho, no que concerne a passeios e águas pluviais, disse que as mesmas mereciam um acompanhamento técnico constante, porque existem situações onde há problemas com empreiteiros. Realçou as obras que eram feitas pela Junta de Freguesia e disse que não via a Junta de Freguesia ter capacidade de efetuar a obra sem ter o apoio técnico da Câmara Municipal, de forma a que as obras sejam realizadas sem qualquer problema.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Fez referência à discussão que tinha acontecido na última Assembleia Municipal, relativamente à venda da água, dizendo que o Presidente da Câmara deve exigir que se cumpra o que está estabelecido no contrato. Sobre as obras que a ADRA ia fazendo, disse que o que tinha acontecido no Sobreiro não tinha sentido nenhum, sabendo que o Presidente da Câmara já tinha discordado da Administração da ADRA relativamente à situação. Questionou qual era o ponto de situação, sugerindo que se coloque sinalização vertical de forma a que as pessoas, que não conhecem o estado da via, não sejam apanhadas de surpresa, quando circulam na mesma.

Referiu também que havia passadeiras no Concelho, de grande movimento que estavam a ficar apagadas.

Sobre os prémios, mais propriamente no que respeita ao prémio da Semana da Mobilidade, questionou em que lugar tinha ficado o Município de Oliveira do Bairro.

Reportando-se às ampliações das zonas industriais questionou qual o ponto de situação em relação aos projetos das unidades de execução, se havia algo relacionado com projetos físicos, bem como o regulamento de acesso aos lotes.

Questionou se já havia alguma coisa relativa à questão da Rua do Paraíso na Palhaça, se já tinham sido identificados os proprietários dos terrenos confinantes da via, de forma a se fazer as devidas negociações.

Deu nota que no Jornal da Bairrada vinha uma notícia sobre os moinhos a visitar na Bairrada, verificando apenas moinhos nos Concelhos de Vagos, Águeda e Anadia, tendo pena que o Concelho de Oliveira do Bairro não apareça nessa notícia. Recordou que o Presidente da Câmara tinha referido que havia um estudo a ser elaborado, questionando o porquê de os moinhos do Concelho de Oliveira do Bairro não parecerem nesse projeto da CIRA.

Relativamente à situação das obras na estrada municipal 596, da Póvoa do Forno, disse ter verificado que efetivamente a Sessão de esclarecimentos tinha sido promovida pelo movimento associativo e não pela Câmara Municipal, lamentando que assim tenha sido.

O **Presidente da Câmara**, sobre as contas do IPB, referiu que as mesmas iriam ser apresentadas em breve e assim, quando o fossem, seria mais fácil apresentá-las ao Vereador Fernando Silva.

Relativamente ao relatório da educação, recordou que tinha dito que o mesmo seria apresentado quando fosse trazido a Reunião de Câmara o processo de descentralização. Disse que as contas estavam feitas, a Comissão de Acompanhamento tinha reunido na passada segunda-feira, onde tinham saído várias premissas também importantes para o processo de descentralização. Referiu, ainda, que estavam à espera que fossem revelados os valores a transferir para o Município, com o processo de descentralização, mas até à data ainda nada tinha vindo, aguardando por isso a chegada dessa relação.

Sobre a questão das reuniões de Câmara descentralizadas, disse que iria junto dos serviços



Oliveira do Bairro câmara municipal

equacionar a questão da possibilidade de transporte dos equipamentos áudio para gravação e mediante essas condições seria feito. Acrescentou que nos últimos anos as reuniões de Câmara que tinham acontecido, foram em horário normal, reconhecendo as dificuldades referidas pelo Vereador Fernando Silva.

Relativamente ao recurso ao crédito referido pelo Vereador Fernando Silva disse que tinha alguma dificuldade em entender algumas afirmações, atendendo que nos últimos anos existiam chefes de gabinete, secretários de vereação entre outras figuras, e nunca ninguém se tinha referido a isso e por isso não entende o porquê de tantas dúvidas sobre o assunto.....

No que respeita ao financiamento, disse que todos sabiam que a aprovação em Assembleia Municipal tinha acontecido no início do presente ano e o mesmo para ser utilizado tem que ter a aprovação do Tribunal de Contas, para quem é remetida toda a informação, aguardando atualmente que os financiamentos sejam aprovados e seja concedido o visto pelo Tribunal de Contas para se poder utilizar o financiamento.....

Reportando-se às questões levantadas, sobre o trânsito na Póvoa do Forno, esclareceu que todos os estudos que eram elaborados na Câmara Municipal eram transmitidos, em primeiro lugar, às Juntas de Freguesia sendo recomendado às mesmas que façam uma consulta junto da população e das forças vivas, as associações, que foi o que tinha sido feito e sempre com a disponibilidade de esclarecimentos por parte da Câmara Municipal. Acrescentou que foi dos poucos casos, onde tinham estado presentes os técnicos envolvidos e o Presidente da Câmara.

Sobre a questão da colocação da placa, disse ter tomado a devida nota, sendo mesmo intenção do Município reconhecer aquele espaço.

Referindo-se à questão do apoio ao arrendamento da habitação e do comércio, alertou que o Município estava a desenvolver uma série de esforços para que exista mais habitação disponível, nomeadamente alguns equipamentos de propriedade horizontal que não estão a ser utilizados, atualmente porque não estão terminados. Acrescentou que os esforços estavam a ser feitos em conjunto com a Segurança Social, estavam a ser dados os primeiros passos esperando que deem frutos a curto prazo, queiram para isso os proprietários ter essa abertura para rentabilizarem e venderem os imóveis a preços acessíveis para os jovens e pessoas com necessidades.....

Relativamente à questão levantada pelo Vereador António Mota sobre as obras realizadas pelas Juntas de Freguesia, esclareceu que a obra que estava a ser realizada estava a ser acompanhada pela Chefe de Divisão. Acrescentou que era preocupação da Câmara sempre que havia um pedido da Junta de Freguesia, de enviar um técnico municipal para perceber se faz sentido o que a Junta de Freguesia pretende fazer, reconhecendo por isso a preocupação do Vereador.....

Sobre as questões da ADRA, disse que deve ser dos Presidentes de Câmara que mais reúne com a ADRA exatamente pelas questões referidas pelo Vereador António Mota, pelas intervenções que



Oliveira do Bairro câmara municipal

fazem nas vias de circulação, pelas más pavimentações e pelo mau acompanhamento que fazem às suas obras. Acrescentou que quando não é cumprido o que está estabelecido, exige novo trabalho até estar tudo em conformidade.....

No que respeita às passadeiras, disse que um dos projetos era repintar muitas delas, fazendo-o de forma faseada, começando pelas vias de maior tráfego.

Relativamente à questão dos prémios, disse que só eram reconhecidos os três finalistas e era atribuído o prémio ao vencedor, sendo que os outros dois eram finalistas.....

No que diz respeito à Rua do Paraíso na Palhaça, esclareceu que o que tinha sido combinado entre si e o Presidente da Junta de Freguesia era que o mesmo faria a recolha de todos os nomes de proprietários dos terrenos confinantes com a referida rua. Informou que tinha sido enviada uma relação com grande parte dos proprietários, mas apenas trazia o primeiro e último nome. Perante essa relação foi-lhe facultado um mapa, para que fossem identificados claramente quais os proprietários, para que o topógrafo, ao fazer o levantamento, pudesse entrar em contacto com os proprietários.....

Sobre o alargamento das zonas industriais, recordou que o que tinha sido referido que a primeira a iniciar era a zona industrial de Vila Verde, sendo aqui onde estavam centrados os esforços para lançar a primeira unidade de execução. Assim as outras virão no seguimento.....

Reportando-se à questão dos moinhos disse que em Oliveira do Bairro existia um moinho que tinha sido requalificado pela Câmara Municipal e existem mais, mas eram de uso particular. Acrescentou que o moinho que tinha sido requalificado foi vandalizado e, desde essa altura, não foi feito qualquer tipo de intervenção, quer do Município, quer da Junta de Freguesia. Referiu, ainda, que recentemente e na presença das Associações locais, nomeadamente do Camarnal e Montelongo da Areia, foi solicitado que se voltasse a dar vida ao espaço, o Município voltaria a recuperar o espaço para assim poder ser utilizado.

Disse, ainda, que existiam outros moinhos no Município, nomeadamente na ligação entre a Póvoa do Forno e o Passadouro, que não têm qualquer tipo de utilização, mas que estão ainda totalmente equipados. Lamenta que o Município de Oliveira do Bairro não possa estar ao lado dos outros Municípios nesse projeto, e estariam se tivessem feito essa recuperação no devido tempo ou se tivessem protegido, o recuperado no parque da Canhota, para que não fosse vandalizado.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente à sugestão do arrendamento comercial jovem, agradeceu a explicação dada sobre o apoio dado para a área habitacional, mas a sua intervenção ia no sentido da vertente comercial, dos espaços comerciais existentes e não ocupados e da dificuldade sentida pelos jovens em arrendar um espaço comercial no Município.

PONTO 2 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL



Oliveira do Bairro câmara municipal

REALIZADA NO DIA 28 DE FEVEREIRO DE 2019

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 28 de fevereiro de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 3 – APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 14 DE MARÇO DE 2019

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Dispensar, nos termos e ao abrigo do disposto do art.º 4.º do Decreto-Lei n.º 45.362, de 21 de novembro de 1963, a leitura da ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de março de 2019, por ter sido previamente distribuída a todos os Vereadores.

2.º - Aprovar a ata da Reunião Ordinária da Câmara Municipal realizada no dia 14 de março de 2019, nos termos do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013 de 12 de setembro.

PONTO 4 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 67 – MANDATO 2017/2021, PRESTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – INÍCIO DE PROCEDIMENTO DE ELABORAÇÃO DE REGULAMENTO DO CARTÃO MUNICIPAL JOVEM DO MUNÍCIPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO. ...

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Álvaro Ferreira, António Mota e Fernando Silva. .

A **Vereadora Susana Martins**, deu nota que se tratava do início do procedimento para a elaboração do Regulamento do Cartão Municipal Jovem, que já era desejado há muito tempo pelo Conselho Municipal de Juventude.....

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse valorizar o início do procedimento para o cartão jovem municipal que era uma pretensão muito antiga dos jovens de Oliveira do Bairro, desde a criação do Conselho Municipal de Juventude. Também tem sido uma das preocupações, sendo também uma pretensão antiga da JSD e, efetivamente, no contexto atual em que vive o Concelho, com todas as infraestruturas existentes e com os apoios existentes a nível regional e nacional, estão reunidas todas as condições para que se avance com o procedimento.

O **Vereador António Mota**, reportando-se à informação que foi apresentada questionou qual tinha sido a razão de não ter sido a Vereadora do Pelouro Susana Martins, a apresentar a mesma à semelhança do que tem acontecido em situações análogas.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que gostava de ter visto a acompanhar a informação um projeto



Oliveira do Bairro câmara municipal

de regulamento, de como era visto o cartão jovem pela Vereadora. Para si não fazia sentido trazer uma informação sobre a abertura de procedimento sem que viesse a acompanhar um projeto de regulamento, o que o forçava a fazer uma série de questões, que não sabia se tinham sido ou não pensadas pela Vereadora e pelo Presidente.

O **Presidente da Câmara**, interrompeu a intervenção do Vereador Fernando Silva, no sentido de o esclarecer que o que tem sempre acontecido é que vinha à Reunião de Câmara, a proposta de abertura, depois de aprovada a mesma numa primeira instância vinha a reunião de Câmara, o projeto do Regulamento, que segue para discussão pública, passado o prazo de discussão pública volta novamente a Reunião de Câmara, caso existam alterações, para depois ser submetida a Assembleia Municipal, tendo sido essa a prática em todos os procedimentos.

O **Vereador Fernando Silva**, agradeceu o esclarecimento, no entanto disse que gostaria de ver uma apresentação mais sucinta do tipo de cartão.

Sugeriu que na elaboração do regulamento, fosse tido em conta a questão das idades, a idade máxima e mínima para usufruírem das vantagens do cartão. Acrescentou que quando vem o projeto de Regulamento à Câmara Municipal a oposição dá as suas opiniões e a Vereação ignora-as completamente e por isso estar a inverter o sistema, dando as sugestões à cabeça para não serem ignoradas.

Questionou como iria ser coadjuvado o cartão jovem municipal com o cartão jovem nacional, com quem é que a Câmara Municipal está a pensar fazer protocolos para que o cartão jovem tenha alguma validade, o que estava a ser feito junto do comércio local para, desde o início da sua emissão, ter disponível uma listagem dos estabelecimentos concelhios onde possam ter descontos.

Acrescentou que, paralelamente, tinha que ser feito um trabalho, na rua, com os comércios e associações no sentido de perceber se estariam interessados em aderir ou não.

Questionou também qual a percentagem dos descontos que estavam a pensar propor no Regulamento.

Relativamente aos Regulamentos já existentes nos equipamentos municipais que têm valores a cobrar, questionou de que forma o presente regulamento iria interagir com os restantes.

Questionou também se o cartão jovem era só para jovens do Concelho ou também para jovens de fora do Concelho, qual o custo de emissão do cartão, ou as suas renovações ou emissões de segundas vias.

Questionou se eram consideradas algumas cláusulas de regime de excecionalidade e se estava a ser feita alguma divulgação paralelamente à publicação do edital, junto das associações e das empresas.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que no que toca a abertura de procedimento, tanto quanto sabia, tem assinado todas.

Acrescentou que reconhecia que a Vereadora Susana Martins tem feito um trabalho bastante



Oliveira do Bairro câmara municipal

insistente no que respeita ao Conselho Municipal de Juventude, tem reunido várias vezes, ao contrário do que sucedia anteriormente, tentando recuperar algum tempo perdido, sendo que um dos grandes objetivos é que o Conselho Municipal de Juventude tenha um papel bastante ativo na elaboração do Regulamento em causa.

Agradeceu as contribuições de sugestões deixadas pelo Vereador Fernando Silva.

A **Vereadora Susana Martins**, também agradeceu todas as sugestões deixadas pelo Vereador Fernando Silva, afirmando que o que se estava a tratar no presente ponto era apenas a abertura do procedimento de elaboração do Regulamento, no entanto o mesmo já estava pensado, já estava minimamente elaborado, mas como se tratava do início do procedimento, o projeto não pode ser agora apresentado.

Acrescentou que a partir do momento em que o início do procedimento é aprovado e publicado, as pessoas têm dez dias para se pronunciarem sobre o mesmo, depois de recolhidas todas as sugestões então é elaborado o Regulamento, seguindo os passos já referidos pelo Presidente da Câmara.

O **Vereador Fernando Silva**, agradeceu a explicação dada pela Vereadora Susana Martins, ficando agradado por saber que a Vereadora sabia quais eram os procedimentos a ter com a elaboração de um Regulamento, coisa que também o próprio tinha conhecimento.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, relativamente ao Conselho Municipal de Juventude, não reunir anteriormente a agora reunir para a discussão de várias temáticas, questionou se no âmbito do lançamento do procedimento o CMJ tinha deliberado sobre o assunto e se já tinha contribuído com algumas ideias e conteúdos para o mesmo.

O **Vereador António Mota**, referiu que as reuniões do CMJ têm acontecido de há uns tempos a esta parte, porque do que ouviu em Assembleia Municipal, no primeiro ano do atual mandato não tinha sido feito nada, o CMJ não foi ouvido nem achado para a festa da juventude, nem para outras situações. Deve ser lembrado o passado recente e não o passado do outro Executivo, solicitando que se deixe de falar no outro passado que não o passado recente.

O **Presidente da Câmara**, referiu que nenhum dos presentes tinha culpa daquilo que aconteceu no passado, do número reduzido de reuniões que tinham e que não eram ouvidos, mas se atualmente as pessoas reúnem várias vezes, discutem os assuntos e depois é dito que as pessoas não foram ouvidas, não lhe parecia correto.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu que assim que termine a presente reunião será enviado um mail a todos os Membros do CMJ a informar da abertura do procedimento para que possam opinar sobre o mesmo, no prazo dos dez dias estipulados por Lei. Acrescentou que já estava agendada reunião do CMJ, para analisarem outros assuntos, incluindo este.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, dar início ao procedimento de elaboração do “Regulamento do Cartão Municipal Jovem do Município de Oliveira do Bairro” e aprovar



Oliveira do Bairro câmara municipal

a minuta de Aviso que publicita o início do procedimento, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 5 – PONTO 5 - INFORMAÇÃO N.º 22/20198 – MANDATO 2017/2021 PRESTADA PELO VICEPRESIDENTE DA CÂMARA – PARCERIA AMBIENTAL ECOEVENTOS ENTRE O MUNICÍPIO DE OLIVEIRA DO BAIRRO E A ERSUC, S.A

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores Lília Ana Águas, António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que o presente ponto era referente a uma proposta de assinatura de um protocolo de um pacto de índole ambiental, para a próxima edição da Expo Bairrada, à semelhança do que tinha sido feito no ano anterior onde é pretendido reduzir o impacto do evento em termos ambientais, fazendo também a promoção de atividades ambientalmente sustentáveis..... Informou que o protocolo decorria dentro dos mesmos moldes do ano anterior, facultando a possibilidade da separação de resíduos, será feita a recolha e será pago um valor que será atribuído a uma IPSS do Concelho, através de sorteio, conforme tinha acontecido no ano anterior em que foram atribuídos cerca de duzentos euros à SOLSIL.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, disse que tudo o que sejam eventos da Câmara Municipal e que sejam ações de sensibilização com exemplo prático, eram de realçar.....

Referiu que, à semelhança do ano anterior, era através da presente proposta que ficam a saber a data da realização da Expo Bairrada, que era de três a sete de julho.

O **Vereador Fernando Silva**, disse concordar com o que tinha sido referido pelo Vereador Álvaro Ferreira, porque até à data não tinham a mínima ideia de quando é que iria acontecer a Expo Bairrada, porque a maioria não se tinha dignado informar o restante Executivo da data do evento. Informam desta forma e quando a decisão está mais do que tomada, demonstrando a falta de respeito pelos outros Membros do Executivo.

Recordou que no programa eleitoral do CDS-PP, foi dito que iriam repensar a Expo Bairrada e nesse sentido questionou se iriam repensar ou se já estava pensada e se o modelo da edição anterior era para ser seguido até ao final do atual mandato, se já havia cartaz.

Lembrou que no dia seis de julho era a abertura do AgitÁgueda e tentar concorrer com a abertura do AgitÁgueda poderia não ser uma boa aposta.

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse que não iria tecer qualquer comentário pois tudo o que tinha sido referido nada tinha a ver com o ponto em questão.

O **Presidente da Câmara**, sobre o assunto em análise disse que se pretendia aumentar a sensibilização para as causas ambientais, que não é verificado no Município de Oliveira do Bairro e



Oliveira do Bairro câmara municipal

que deve ser crescente.

Acrescentou que estas e outras iniciativas ambientais, nos eventos promovidos pelo Município que terão a apresentação pública do cartaz no seu devido momento, eram objetivos que cada vez mais os certames do Município devem ter.

A **Vereadora Lília Ana Águas**, deu conhecimento que tinha havido reunião na CIRA para que os eventos nos diversos Municípios não coincidam uns com os outros. Acrescentou que os eventos nos outros Municípios já tinham alguma projeção e a Expo Bairrada somente no ano passado começou a ter a visibilidade que se pretende que tenha no futuro.

O evento vai realizar-se após a Feira do Vinho e da Vinha e antes do AgitÁgueda.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que o esclarecimento dado pela Vereadora Lília Ana Águas, foi o que pretendia obter de quem assinou a proposta, demonstrando que a pessoa que assinou a proposta não percebia nada, não o surpreendendo, mais uma vez.

Agradeceu o esclarecimento dado pela Vereadora Lília Ana Águas.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, indo ao encontro do que tinha sido referido pelo Vereador Fernando Silva, disse que dizer-se que o que tinha sido dito nada tinha a ver com o ponto em questão, para si não fazia sentido, porque se se verifica que uma das categorias expostas na parceria era a classificação dos eco eventos e a classificação de um mega ou de um grande evento, dependia sempre daquilo que era a orientação do mesmo e daí fazer sentido a explicação dada pela Vereadora Lília Ana Águas, que muito bem poderia ter sido feita de forma cordial pelo Vice-Presidente.

O **Vereador António Mota**, disse que por vezes toda a gente sofre de amnésia e por isso gostava que a Vereadora Lília Ana Águas indicasse em que ano é que houve coincidência entre a Feira do Vinho e da Vinha e a Expo Bairrada, quando uma se realiza no início de um mês e outra no início do mês seguinte. Acrescentou que por vezes se quer justificar o injustificável, vendo apenas vontade de se falar no passado.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, autorizar a parceria ambiental EcoEventos entre o Município de Oliveira do Bairro e a ERSUC, S.A., nos termos exarados na informação/proposta n.º 22/2019 Mandato 2017/2021 prestada pelo Vice-Presidente da Câmara, datada de 25 de março de 2019, que aqui se dá por reproduzida para todos os efeitos legais.

PONTO 6 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 102/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – OIÁCELERA - ASSOCIAÇÃO DE DESPORTOS MOTORIZADOS – ATRIBUIÇÃO DE APOIO FINANCEIRO.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, os Vereadores António Mota e Fernando Silva.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que a informação tinha sido elaborada conjuntamente entre si



Oliveira do Bairro câmara municipal

que tem competências sobre o património e a Vereadora Susana Martins que tem o Pelouro das Associações desportivas.

Relativamente ao património informou que a Associação Oiã Acelera utiliza um equipamento que é da Câmara Municipal, e o protocolo existente refere que cabe à Associação a intervenção nas obras de conservação, mas como se tratam de obras de reestruturação do piso, que é ainda de madeira e se encontra bastante degradado, foi entendimento apoiar a Associação.

Acrescentou que a Associação está disponível para assumir a mão de obra, o Município está disposto a autorizar a realização das obras, que irão ser acompanhadas pelos técnicos do Município e também a custear os materiais que lá vão ser aplicados.

Atendendo à parceria feita entre as duas partes, aos orçamentos apresentados, vinha agora a proposta para a aquisição do material.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que mais uma vez não era referido um prazo como tem acontecido em casos similares, que para si seria importante constar em todos os contratos. Reportando-se à minuta do contrato, na sua segunda página, na cláusula primeira era referido que o apoio se estimava em três mil euros, questionando se o apoio era efetivamente de três mil euros ou se se estimava em três mil euros. Acrescentou que na alínea a) da primeira cláusula era referido que os 80% eram pagos logo que possível pelos serviços financeiros do Município, dizendo que não era linguagem para constar num contrato, porque noutros contratos semelhantes, é referido que com a outorga do contrato serão pagos os 80%, questionando porque é que com esta Associação era diferente.

Referindo-se à cláusula quarta relativamente à apresentação de contas, disse que as mesmas devem ser apresentadas antes do pagamento.

O **Vereador António Mota**, indo ao encontro do que tinha sido dito pelo Vereador Fernando Silva, referiu que independentemente do que estava escrito, há que ter certezas.

Disse que havia uma gestora do contrato que é nomeada e gostaria de ouvir a mesma, porque é responsável pela execução e acompanhamento do mesmo, para saber se aceita de ânimo leve, o que consta no contrato.

Quanto à redação do contrato, disse que não se podia apontar só o dedo a quem o elabora, porque a pessoa responsável pelo mesmo, o chefe de divisão, também é responsável e deve emitir um parecer sobre o mesmo, depois de elaborado, até porque será ele o responsável pela sua execução.

O **Presidente da Câmara**, disse que tinha tomado nota das sugestões do Vereador Fernando Silva e informou que a palavra estimativa iria ser retirada, porque o valor é objetivo, três mil euros já com iva incluído.

Relativamente ao pagamento dos 80% e à disponibilidade dos serviços financeiros para pagamento dos mesmos, esclareceu que as associações para receberem os valores têm que ter reunidos vários



Oliveira do Bairro câmara municipal

documentos que, em muitos casos, são difíceis de estarem disponíveis, ou quando o pagamento é para ser efetuado algum dos documentos já não está válido e daí as circunstâncias financeiras se prenderem com essas situações.....

Referiu que provavelmente o texto que consta no contrato não transmite da melhor forma a sua ideia, mas o que se pretende é pagar logo que estejam reunidas todas as questões legais.

Sobre as questões relativas ao gestor do contrato, era óbvio que o mesmo tem que estar consciente das circunstâncias apresentadas no contrato, sabendo aquilo que tem que acompanhar e fazer cumprir.....

O **Vereador Fernando Silva**, disse entender e concordar com o que foi dito pelo Presidente da Câmara, no entanto passava o ónus para o lado da Associação se disser que só paga com o ato de assinatura, para assinar a documentação tem que estar em dia. Acrescentou que mais tarde quando for consultado um contrato do género, fica-se sem saber porque é que não tinha sido pago na altura.

O **Presidente da Câmara**, agradeceu a sugestão e com certeza para os próximos contratos será tido em conta o que tinha sido sugerido pelo Vereador Fernando Silva.

O **Vereador António Mota**, disse que não se poderia ter dois pesos e duas medidas para a mesma situação, porque já tinha sido decidido em Reunião de Câmara não atribuir subsídios por falta de elementos. Sugeriu que na altura da assinatura do protocolo, toda a documentação esteja reunida em conformidade. Acrescentou que no momento da deliberação para atribuição do subsidio, já se tenha a documentação toda necessária, para assim logo no momento da assinatura do contrato se proceder ao pagamento.....

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que os assuntos quando vêm a Reunião de Câmara para deliberação, já têm esse trabalho efetuado, com a solicitação de todos os documentos que devem estar disponíveis para a outorga do contrato, sendo alertada a Associação da data da vinda do assunto a Reunião de Câmara.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, nos termos da Informação/Proposta n.º 102|GAP, datada de 22 de março de 2019, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais, o seguinte:.....

1.º - Que seja autorizada a intervenção na Sede da Associação, nomeadamente a requalificação do pavimento da sala de refeições, hall e escritório;

2.º - Aprovar a atribuição de um apoio financeiro à Associação de Desportos Motorizados - Oiãcelera, no montante de 3.000,00 € (três mil euros), para aquisição de materiais para poder efetuar as referidas intervenções;

3.º - Que o apoio financeiro seja liquidado em duas Tranches: 1.ª Tranche de 2.400,00 € (dois mil e quatrocentos euros) logo que possível pelos serviços financeiros do Município e a 2.ª Tranche de 600,00 € (seiscentos euros) após a verificação da realização das intervenções nos espaços da



Oliveira do Bairro câmara municipal

Associação, por parte dos Técnicos do Município que acompanharão as mesmas;

4.º - Aprovar a Minuta do Protocolo de Cooperação Financeira, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

5.º - Designar a Chefe de Divisão, Eng.ª Isabel Simões como gestora do contrato, para efeitos do disposto no artigo 290.º-A do Código dos Contratos Públicos.

.....
PONTO 7 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 103/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS – MEDIDA DE APOIO À ATIVIDADE DESPORTIVA DE FORMAÇÃO – ASSOCIAÇÃO DESPORTIVA RECREATIVA E EDUCATIVA DA PALHAÇA.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos a Vereadora Susana Martins a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, Álvaro Ferreira e Fernando Silva. .

O **Presidente da Câmara**, referiu que tendo em conta que o presente ponto assim como os dois seguintes dizem respeito à atribuição de apoio a Associações com camadas jovens, solicitou que a Vereadora apresentasse os três pontos de uma só vez.

A **Vereadora Susana Martins**, deu nota que na informação do presente ponto tinha existido um erro de cálculo ao somar as cinco modalidades da ADREP, sendo que o valor correto era de dezanove mil, seiscentos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos, sendo esse o valor que deve ser deliberado e não o que consta na informação enviada.

Informou que se tratava de atribuição de apoios a três associações que têm toda a documentação atualizada. Deu nota que havia associações que ainda não tinham entregue toda a documentação solicitada, apesar da insistência da sua parte.

Reportando-se à estatística dos valores já atribuídos pela Câmara Municipal às Associações desportivas com camadas jovens, esclareceu que faltará a Associação que ainda não tinha entregue a documentação, todas as outras já estavam referidas no documento.

O **Vereador Fernando Silva**, referiu que mais uma vez eram referidos valores “até”, denotando que não poderia ser superior, podendo ser atribuídos valores mais baixos do que está referido, mas a informação é contraditória porque diz que podem ser atribuídos valores mais altos do que os referidos e na sua opinião deveria ser corrigido.

Deu nota de que o contrato apresentado estava confuso em relação à época desportiva e ao pagamento da tranche final, ficando sem perceber se consideram o ano civil ou época desportiva, não sabe também quando seria feito o relatório de avaliação referido.

Referiu que mais uma vez há um problema de datas, de prazos, denotando que quem está a elaborar o documento está a fazê-lo sem pensar e ao acaso, sem calendarizar exatamente de quando a quando o valor é atribuído.



Oliveira do Bairro câmara municipal

Sugeriu que os técnicos tenham mais atenção na elaboração dos documentos, e não coloquem palavras nos contratos só porque sim. Acrescentou que o motivo de os mesmos estarem presentes nas Reuniões de Câmara, serviria para ouvirem o que a oposição tem para dizer e as suas sugestões, que certamente poderiam por em prática, mas verifica que as situações tantas vezes referidas se continuam a manter. Solicitou mais atenção.

Questionou quem é que produzia o relatório final referido no contrato, na sua cláusula sétima, presumindo que seja alguém da Câmara Municipal, mas não refere quem concretamente.

O **Vereador Álvaro Ferreira**, reportando-se ao ponto nove do contrato de apoio concedido ao Grupo Desportivo de Águas Boas, disse que é referido que era atribuído à modalidade de basquetebol, entendendo que seja uma gralha, pois será futebol.

Fez referência ao documento estatístico, que foi entregue, onde eram referidas todas as atribuições, os cálculos, permitindo terem uma leitura mais pormenorizada do trabalho que era feito, agradecendo pelo envio do mesmo.

Disse verificar que há uma diminuição de atletas em várias associações, sugerindo que o Município estude e verifique de que forma se pode reverter a situação.

O **Vereador António Mota**, referiu que da leitura que fez do documento enviado, verifica que relativamente ao Voleibol Frei Gil havia a redução de um terço de atletas, de cento e quarenta e nove para trinta e oito, e a Associação recebe apenas menos novecentos euros em relação ao ano anterior, e gostaria de saber o porquê de uma redução de valor tão baixa.

A **Vereadora Susana Martins**, em resposta ao Vereador Fernando Silva, esclarece que se aplica à época desportiva e a última tranche é atribuída no final de julho, quando todas as Associações terminaram as suas competições e assim entregarem as suas classificações desportivas, assim como o sucesso escolar dos seus atletas.

Quanto à redução do número de atletas no Frei Gil Voleibol Club, esclareceu que efetivamente assim é, o fecho do IPSB tinha provocado essa situação, não estando a fazer a competição do Gira Volei, que tinha muitas crianças inscritas, daí o decréscimo significativo do número de atletas. Quanto à atribuição do subsídio, com menos novecentos euros, esclareceu que devido ao novo regulamento tinha havido um acréscimo no valor de atribuição, para além de que todas as equipas em competição do Clube estão no escalão nacional, acrescendo também o valor atribuído.

O **Vereador António Mota**, referiu que a explicação dada pela Vereadora não tinha aplicabilidade, porque no ano de 2017 já se tinha verificado uma redução de atletas.

A **Vereadora Susana Martins**, referiu que toda a documentação estava disponível para consulta se assim o entendessem.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:

1.º - Atribuir um apoio financeiro à Associação Desportiva Recreativa e Educativa da Palhaça, relativo



Oliveira do Bairro câmara municipal

à Medida de “Apoio à Atividade Desportiva de Formação” para a Época de 2018/2019 no valor de até 19.668,38 € (dezanove mil seiscientos e sessenta e oito euros e trinta e oito cêntimos), com as seguintes condicionantes;

1.1. - O correspondente a 80% do apoio financeiro com a outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;.....

1.2. - No final da época desportiva e com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, o correspondente aos 20% remanescentes do apoio financeiro atribuído;

1.3. - No final da época desportiva, com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, caso se verifique um acréscimo ao apoio, resultante dos pressupostos no n.º 4 do Art.º 20.º, e nos n.ºs 7, 9 e 10 do Art.º 22.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro, o mesmo será calculado e atribuído até 15 de setembro;

2.º - Aprovar a minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação Desportiva Recreativa e Educativa da Palhaça, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;.....

PONTO 8 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 104/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS – MEDIDA DE APOIO À ATIVIDADE DESPORTIVA DE FORMAÇÃO – ATÓMICOS SPORT CLUBE.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Atribuir um apoio financeiro à Associação Atómicos Sport Clube, relativo à Medida de “Apoio à Atividade Desportiva de Formação” para a Época de 2018/2019 no valor de até 7.400,25 € (sete mil e quatrocentos euros e vinte e cinco cêntimos), com as seguintes condicionantes;

1.1. - O correspondente a 80% do apoio financeiro com a outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;.....

1.2. - No final da época desportiva e com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, o correspondente aos 20% remanescentes do apoio financeiro atribuído;

1.3. - No final da época desportiva, com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, caso se verifique um acréscimo ao apoio, resultante dos pressupostos no n.º 4 do Art.º 20.º, e nos n.ºs 7, 9 e 10 do Art.º 22.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro, o mesmo será calculado e atribuído até 15 de setembro;

2.º - Aprovar a minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e a Associação Atómicos Sport Clube, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

3.º - Designar a Técnica Superior Joana Patrícia Batista Almeida Soares, como Gestora do Contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 290.º-A do CCP.



Oliveira do Bairro câmara municipal

.....
PONTO 9 – – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 105/GAP – GABINETE DE APOIO AO PRESIDENTE – ATRIBUIÇÃO DE SUBSÍDIOS ÀS ASSOCIAÇÕES COM CAMADAS JOVENS – MEDIDA DE APOIO À ATIVIDADE DESPORTIVA DE FORMAÇÃO – GRUPO DESPORTIVO DE ÁGUAS BOAS.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte:.....

1.º - Atribuir um apoio financeiro ao Grupo Desportivo de Águas Boas, relativo à Medida de “Apoio à Atividade Desportiva de Formação” para a Época de 2018/2019 no valor de até 6.333,75 € (seis mil trezentos e trinta e três euros e setenta e cinco cêntimos), com as seguintes condicionantes;

1.1. - O correspondente a 80% do apoio financeiro com a outorga do Contrato-Programa de Desenvolvimento Desportivo;.....

1.2. - No final da época desportiva e com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, o correspondente aos 20% remanescentes do apoio financeiro atribuído;.....

1.3. - No final da época desportiva, com a entrega do Relatório de Atividades da Época Desportiva, caso se verifique um acréscimo ao apoio, resultante dos pressupostos no n.º 4 do Art.º 20.º, e nos n.ºs 7, 9 e 10 do Art.º 22.º do Regulamento Municipal de Apoio às Associações de Oliveira do Bairro, o mesmo será calculado e atribuído até 15 de setembro;

2.º - Aprovar a minuta do Contrato Programa de Desenvolvimento Desportivo, a celebrar entre o Município de Oliveira do Bairro e o Grupo Desportivo de Águas Boas, a qual se dá aqui por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

3.º - Designar a Técnica Superior Joana Patrícia Batista Almeida Soares, como Gestora do Contrato, nos termos do disposto no n.º 1 do Art.º 290.º-A do CCP.

.....
PONTO 10 – INFORMAÇÃO TÉCNICA 88.2019\DGUOM – APROVAÇÃO DOS PROJETOS DAS ESPECIALIDADES RELATIVAS À ALTERAÇÃO AO PROJETO DE ARQUITETURA REFERENTE À EMPREITADA DESIGNADA POR “OBRAS DE REABILITAÇÃO DA ESCOLA EB 2,3 – DR. FERNANDO PEIXINHO, CONSTRUÇÃO DE PAVILHÃO SOBRE ESPAÇO DESPORTIVO, CONSTRUÇÃO DE BALNEÁRIOS E INSTALAÇÕES SANITÁRIAS E REQUALIFICAÇÃO DOS ARRANJOS EXTERIORES.”

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, e os Vereadores António Mota, e Fernando Silva.....

O **Presidente da Câmara**, referiu que o presente assunto estava relacionado com a obra da reabilitação da Escola EB2,3 Dr. Fernando Peixinho em Oiã e essencialmente a materialização dos trabalhos a mais e dos trabalhos a menos, tendo em atenção as aprovações de projetos efetuadas em Reunião de Câmara.

O **Vereador Fernando Silva**, deu nota que tinha conferido a ata da Reunião de Câmara de 25 de



Oliveira do Bairro câmara municipal

outubro, de forma a perceber se tinha havido uma deliberação por unanimidade, porque se recorda que na altura tinha referido que não iria proceder à aprovação de alterações a mais nenhum projeto, sem que o mesmo viesse acompanhado de um orçamento e parece-lhe que tinha mudado de ideias devido à explicação dada pela Vereadora Lilia Ana Águas, que tinha referido que o valor da empreitada poderia ser reduzido devido à alteração, segundo informação dos técnicos. Realçou que a Vereadora tinha razão, quando o referiu e apesar de não ter esse pelouro, conseguiu-o convencer a votar favoravelmente a alteração.

Referiu que no contrato deveria haver uma alteração no que respeita à redução das garantias, porque se houvesse trabalhos a mais havia uma cláusula para reforço das garantias, e no caso inverso também deverá haver essa alteração.

O **Vereador António Mota**, disse que na sua opinião, no que respeita à caução nem deve ser colocada em causa, porque os técnicos saberão o que fazer.

Referiu que o projeto já tinha nascido mal, na sua opinião, talvez devido ao responsável técnico pela sua execução, ligado à questão da arquitetura.

Acrescentou que houve custos inerentes à elaboração de um projeto de arquitetura, que por incompetência técnica já verificada na sua elaboração teve que ser alterado. Questionou quais tinham sido os custos para a elaboração de todos os projetos de especialidade.

Quanto aos trabalhos a menos, alertou que se deveria ter algum cuidado, porque depois ao nível de participação, os mesmos iriam ser retificados, correndo o risco de acontecer o mesmo que tinha acontecido na construção da Junta de Freguesia de Oiã, questionando em que ponto estava a situação.

Acrescentou que haviam determinados projetos que quando eram elaborados por pessoas que não têm experiência nas matérias devem ser devidamente acompanhados pelos técnicos que têm responsabilidades para com a Câmara Municipal, porque o projeto em análise, veio demasiadas vezes a reunião de Câmara, com diversas alterações, acarretando muitos custos acrescidos ao mesmo.

O **Presidente da Câmara**, relativamente às questões levantadas pelo Vereador Fernando Silva esclareceu que os técnicos tinham acautelado a situação e por isso se sentia tranquilo relativamente à questão das garantias.

Sobre a questão levantada pelo Vereador António Mota, esclareceu que a situação da devolução de incentivos do auditório e Junta de Freguesia de Oiã, estava a ser efetuado desde fevereiro do ano de 2018, com retenção nos fundos que eram transferidos para a Câmara Municipal, com um acordo de três anos, cerca de doze mil euros por mês e tinha já sido também retido em transferências no âmbito dos projetos PARUS.

Esclareceu que a situação para o presente projeto, dos trabalhos a mais e trabalhos a menos, tinha



sido acautelada, de forma a não prejudicar o Município, sabendo quais as áreas de intervenção e de maior comparticipação e os trabalhos a menos, que basicamente eram na fachada da escola.
Sobre a forma e o cuidado que se deve ter, esclareceu que os Municípios a partir de janeiro de 2018, tiveram que criar equipas para análise dos projetos. Acrescentou que todos conheciam o trabalho realizado na revisão dos projetos das PARUS, antes de os mesmos serem finalizados e candidatados. Com o projeto em análise, isso não tinha acontecido, porque era anterior a essa data, o trabalho tinha sido feito antes do início do mandato, apenas o aprovaram e colocaram em prática.
Relativamente aos custos de alteração dos projetos de especialidade, informou que rondaria os três ou cinco mil euros.

O **Vereador António Mota**, alertou mais uma vez que os técnicos deveriam ter mais cuidado na orçamentação, porque os valores tomam alguma dimensão quando multiplicados por várias obras, para não falar nas alterações de materiais que deve ser muito bem pensado quando se está a elaborar o projeto. Acrescentou que com as alterações à orçamentação de um projeto, vão baralhar um decisor político, que primeiro aprova um valor, depois tem que o alterar, muitas vezes obrigando a que sejam feitas revisões orçamentais.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que tinha ficado sem saber o que o Presidente da Câmara quis dizer quando referiu que os técnicos tinham acautelado a situação da redução da garantia.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que atendendo que na informação os técnicos não referem nada sobre o assunto, as garantias mantêm-se, porque não tem que haver alteração às mesmas.
Sobre a questão levantada pelo Vereador António Mota disse que concordava que o decisor político cada vez mais necessita de estar munido das melhores decisões. Acrescentou que felizmente o Município não tem tido esse problema, que era os valores baixos quando eram lançadas as obras ficando as mesmas desertas.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou por unanimidade, o seguinte:

- 1.º - Aprovar os Projetos das Especialidades relativas à alteração ao projeto de arquitetura referente à empreitada designada por “Obras de Reabilitação da Escola EB 2, 3 – Dr. Fernando Peixinho, construção de pavilhão sobre o espaço desportivo, construção de balneários e instalações sanitárias e requalificação dos arranjos exteriores”, adjudicada à firma Socértima – Sociedade de Construções do Cértima, Lda.;
- 2.º - Aprovar o mapa de medições e orçamento, nos seguintes termos:
 - a) - Trabalhos a Mais, no total de 143.956,29 € (cento e quarenta e três mil novecentos e cinquenta e seis euros e vinte e nove cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor;
 - b) - Trabalhos a Menos no montante de 185.522,87 € (cento e oitenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois euros e oitenta e sete cêntimos), ao qual acresce IVA à taxa legal em vigor.
- 3.º - Aprovar a Minuta de Contrato, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos



Oliveira do Bairro câmara municipal

legais.

PONTO 11 – INFORMAÇÃO 335.2018\DGUOM – SINALIZAÇÃO VERTICAL DE ESTACIONAMENTO PARA CARGAS E DESCARGAS, NO INICIO DA RUA DAS OBRAS SOCIAIS, JUNTO À SEDE DA BANDA FILARMÓNICA DA MAMARROSA.

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto, o Presidente da Câmara e os Vereadores António Mota, e Fernando Silva.

O **Vice-Presidente da Câmara**, referiu que se tratava de uma definição de local para cargas e descargas na Rua das Obras Sociais na Mamarrosa, havendo necessidade por parte da Banda da Mamarrosa da definição do espaço, sendo isso que vinha a discussão.

O **Presidente da Câmara**, disse já ter sido referida a preocupação que cada vez mais se tem tido com a regulação do trânsito no Concelho, para o bem-estar dos munícipes e este era um de muitos trabalhos que se pretende trazer a Reunião de Câmara, querendo-o fazer de forma sucessiva.

Informou que já se tinham começado a fazer o levantamento de toda a sinalética existente no Município de Oliveira do Bairro, de forma a que seja ratificado de uma vez por todas, para que não restem qualquer tipo de dúvidas.

O **Vereador Fernando Silva**, relativamente à informação, disse que gostaria de saber quem tinha sido o técnico superior que assinou, porque não consta o seu nome na informação. Acrescentou que apresentar um documento de fevereiro do ano de 2018, também não fazia sentido.

Ainda sobre a informação a mesma refere que é para veículos ligeiros, mas se é para cargas e descargas pressupõe-se que possa ser um camião, ou carrinha a descarregar. Refere que o lugar era perpendicular à estrada e, sendo assim, a cabine do camião ou carrinha ficará no meio da rua quando estiver a carregar ou descarregar, devendo ser o lugar na longitudinal, achando por isso que também o assunto não tinha sido devidamente pensado por quem o tinha trazido.

O **Vereador António Mota**, disse deduzir que o lugar se destinava às carrinhas da Banda, portanto em termos de dimensão julga ter esclarecido a dúvida suscitada.

Quanto à informação efetivamente ser de janeiro do ano anterior, a informação do técnico responsável ser de novembro do mesmo ano, para si também não fazia sentido.

O **Vice-Presidente da Câmara**, esclareceu que o técnico responsável tinha sido o Eng.º João Pinto.

O **Presidente da Câmara**, relativamente aos tempos esclareceu que numa Assembleia Municipal do ano de 2018, tinham sido levadas algumas alterações propostas em Reunião de Câmara, sendo intenção fazê-lo da mesma forma, relativamente a todas ad que têm sido tratadas em Reunião de Câmara, não causando qualquer transtorno não ter o lugar reservado, apenas causa conforto à banda da Mamarrosa ter lugar garantido para estacionar a sua carrinha com os instrumentos.

O **Vereador António Mota**, disse que, se calhar, seria preferível ter um estacionamento reservado



Oliveira do Bairro câmara municipal

para a Associação, por aquilo que foi referido pelo Presidente da Câmara, do que um local para cargas e descargas, correndo o risco de que as autoridades chateiem a Associação se a mesma tiver lá a sua viatura estacionada.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que era um local para cargas e descargas, sendo que a sua utilização essencialmente era efetuada pela Banda da Mamarrosa, podendo outra Associação utilizar o local, para cargas e descargas.

O **Vereador Fernando Silva**, disse concordar com o pedido, mas efetivamente também o preocupa a situação apontada pelo Vereador António Mota, porque tem conhecimento que a GNR andava a penalizar quem não cumpre as marcações e as sinalizações. Deve ter-se atenção e não causar mais problemas às pessoas. Sugeriu que se retirasse a proposta que tinha sido apresentada e reformular a mesma, de forma a melhorá-la, porque não sua opinião o local marcado não é suficiente para o que se pretende, devendo marcar dois lugares na longitudinal e não referir que é só para ligeiros.

O **Presidente da Câmara**, esclareceu que as carrinhas da Associação cabem no local perfeitamente, tendo mesmo sido a Associação que assim solicitou o local e daí não ver nenhuma razão para retirar a proposta apresentada, colocando-a a votação tal e qual como ela foi apresentada.

O **Vereador Fernando Silva**, disse que pela explicação agora dada pelo Presidente da Câmara tinha mudado a sua opinião, tendo dito o que o Vice-Presidente não tinha sido capaz de dizer, em que a proposta da Associação tinha sido feita dessa forma.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, o seguinte;

1.º - Aprovar a proposta de criação de lugar de estacionamento para cargas e descargas e respetiva colocação de sinalização vertical (de estacionamento para cargas e descargas), no início da Rua das Obras Sociais, nos termos da Informação n.º 335.2018/DGUOM, datada de 05 de novembro de 2018, que aqui se dá por integralmente reproduzida para todos os efeitos legais;

2.º - Submeter o assunto à Assembleia Municipal, nos termos da alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º conjugado com a alínea g) do n.º 1 do artigo 25.º ambos do Anexo I à Lei 75/2013 de 12 de setembro, para a competente aprovação.

PONTO 12 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 28|2019 PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL À ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO PARA A REALIZAÇÃO DO ESPETÁCULO “COMEMORAÇÕES DO 45.º ANIVERSÁRIO DA ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE OLIVEIRA DO BAIRRO” NO DIA 24 DE ABRIL.

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das



Oliveira do Bairro câmara municipal

Artes Dr. Alípio Sol, no dia 24 de abril de 2019, para efeitos de realização de espetáculo alusivo à comemoração do 45.º aniversário da associação

PONTO 13 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 37|2019 PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO CONSERVATÓRIO DE MÚSICA DA BARRADA PARA A REALIZAÇÃO DO “ESPETÁCULO DE FINAL DE PERÍODO LETIVO” NO DIA 3 DE ABRIL

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Conservatório de Música da Bairrada, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 03 de abril de 2019, para efeitos de realização do espetáculo de final de período letivo.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 40|2019 PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO CONSERVATÓRIO DE ARTES E COMUNICAÇÃO – FILARMÓNICA DE OLIVEIRA DO BAIRRO PARA A REALIZAÇÃO DO “ESPETÁCULO DE FINAL DE ANO LETIVO” NO DIA 13 DE JULHO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Conservatório de Artes e Comunicação – Filarmónica de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 13 de julho de 2019, para efeitos de realização do espetáculo de final de ano letivo.

PONTO 15 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 41|2019 PRESTADA PELA DIVISÃO DE HISTÓRIA E PATRIMÓNIO CULTURAL DESPORTO E LAZER – CEDÊNCIA DO QUARTEL DAS ARTES DR. ALÍPIO SOL AO AGRUPAMENTO DE ESCOLAS DE OLIVEIRA DO BAIRRO PARA A REALIZAÇÃO DO EVENTO “COMEMORAÇÃO DO DIA MUNDIAL DA BIODIVERSIDADE” NO DIA 22 DE MAIO ...

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade autorizar a cedência gratuita ao Agrupamento de Escolas de Oliveira do Bairro, do Auditório do Quartel das Artes Dr. Alípio Sol, no dia 22 de maio de 2019, para efeitos de Comemoração do dia Mundial da Biodiversidade.

PONTO 14 – INFORMAÇÃO/PROPOSTA N.º 21 – MANDATO 2017/2021, PRESTADA PELO VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA – DESFILE DE CARNAVAL NAS RUAS DA CIDADE DE OLIVEIRA DO BAIRRO – RATIFICAÇÃO DO DESPACHO DO PRESIDENTE DA CÂMARA DATADO DE 15 DE FEVEREIRO DE 2019.....

Intervieram neste ponto da Ordem de Trabalhos o Vice-Presidente da Câmara a fim de apresentar o assunto.



Oliveira do Bairro câmara municipal

O **Vice-Presidente da Câmara**, disse tratar-se de uma redução no pagamento das taxas por ocupação do espaço público por parte de Vendedores Ambulantes, os quais têm solicitado a respetiva autorização para exercerem a sua atividade no dia do desfile de carnaval, tendo-se entendido que a atividade era útil para o evento e, por conseguinte, dado o interesse municipal, decidiu-se reduzir o montante das taxas para metade.....

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o Despacho do Presidente da Câmara, datado de 15 de fevereiro de 2019, em que autorizou a redução em 50% do valor das taxas de ocupação de espaço público por vendedores ambulantes, durante a realização do Desfile de Carnaval nas Ruas da Cidade de Oliveira do Bairro.

PONTO 15 – DESPACHO N.º 148 – MANDATO 2017/2021 DO PRESIDENTE DA CÂMARA – TOLERÂNCIA DE PONTO NO CARNAVAL – PARA CONHECIMENTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 148 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 22 de fevereiro de 2019.

PONTO 16 – DESPACHO N.º 160 – MANDATO 2017/2021, APRESENTADA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA – DESIGNAÇÃO DA EQUIPA DE ANÁLISE TÉCNICA DO “ORÇAMENTO PARTICIPATIVO” – PARA CONHECIMENTO

DELIBERAÇÃO: A Câmara Municipal tomou conhecimento do teor do Despacho n.º 160 – Mandato 2017/2021 do Presidente da Câmara, datado de 18 de março de 2019.

RESUMO DIÁRIO DA TESOURARIA: Foi presente o **Resumo Diário da Tesouraria** referente ao dia 27 de março do ano de 2019, do qual constam os seguintes dados e valores:

DOTAÇÕES ORÇAMENTAIS: 1.162.783 Euros e 63 Cêntimos

DOTAÇÕES NÃO ORÇAMENTAIS: 743.50 Euros e 51 Cêntimos

TOTAL DAS DISPONIBILIDADES: 1.906.286 Euros e 14 Cêntimos

PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO:

João Paulo Castro, residente em Lisboa e vinha em representação do seu filho que tem uma habitação na Freguesia da Palhaça, na Rua Vila Nova n.º 140. Referiu que o assunto que o trazia à Reunião de Câmara tinha já mais de um ano recordando que quando fez a escritura de aquisição da habitação tinha tido o cuidado de alertar o Presidente da Câmara de que a rua em questão não estava nas condições devidas e que iria provocar danos na habitação o que veio a suceder, porque o orçamento das portas danificadas, esburacadas, está em oitocentos e quarenta euros.....



Oliveira do Bairro câmara municipal

Referiu que em novembro uma técnica municipal supostamente tinha ido ao local, anexou ao processo três fotografias, duas das quais do Google maps, e diz que se verifica que os alumínio das caixilharias apresentam danos, não diferentes da habitação ao lado, o que contrapõe porque é bastante diferente e acrescenta que dois técnicos de alumínio que se deslocaram ao local afirmaram que nenhuma porta de alumínio apresentaria aquele estado de degradação mesmo que tivessem mais de 25 anos, a não ser que fosse exposta a objetos pontiagudos, projetados sistematicamente contra a mesma e a corrosão provocada pelo alcatrão que se vê colado nas mesmas.....

Acrescentou que enviou fotos suas, onde são visíveis os buracos nas portas. As chuvas provocaram dois buracos enormes na via, que está acima da soleira, logo não há escoamento de águas o que provoca mais buracos com a passagem dos automóveis. Os técnicos vão ao local, remendam, mas de nada serve, porque ficam pedras soltas que voltam a ser projetadas contra as portas.

A Câmara deu parecer que não tem culpa dos danos causados, a companhia de seguros diz que paga os danos, mas se a Câmara assumir a culpa, que na sua opinião é a única culpada pelos danos na via que por sua vez causaram danos nas portas da habitação. Acrescenta que a técnica na sua informação diz que o resultado da possível acumulação de águas pluviais também eram provenientes da edificação em causa. Disse que gostaria de saber que tipo de água vinha da sua casa, quando a única que vem é proveniente da chuva e dessa não é responsável.

Afirmou que o alcatrão se encontra agarrado às portas, os buracos nas mesmas, mas a Eng.^a não conseguiu ver porque talvez a fotografia do Google Maps não consegue captar isso. Referiu que aguardava resposta desde o dia 13, e ao abrigo do CPA recorreu. Questionou o que a Câmara pretendia fazer com a situação.

O Presidente da Câmara, informou que o local iria ser intervencionado em breve e seriam feitas as correções de via e de águas pluviais.

Disse ter tido conhecimento da troca de mails, os esclarecimentos que foram dados, tendo mesmo estado pessoalmente, dando esclarecimentos, face às informações técnicas que referem que os danos ocorreram há mais de 25 anos e face às informações dadas pelos antigos proprietários que também afirmam que os danos nas portas estão há mais de 50 anos.

Referiu que o Sr. João Castro disse que comprou a habitação há cerca de um ano e era a partir dessa data que os danos se verificaram, mas os antigos proprietários afirmam que os danos nas portas existem há muitos anos.....

Acrescentou que o que tinha sido dito pela companhia de seguros é com eles, a Câmara tem uma apólice de seguros para situações semelhantes, que paga mediante a informação técnica da Câmara.

.....
.....

Nada mais havendo a tratar, o Presidente da Câmara Municipal declarou encerrada a reunião, eram



Oliveira do Bairro câmara municipal

dezasseis horas e trinta minutos, tendo as deliberações sido aprovadas em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada pelo Presidente da Câmara Municipal, por mim, Sílvia Rosa da Silva Oliveira, Assistente Técnica, que a redigi e pelos demais presentes que o desejem fazer.

.....

Duarte dos Santos Almeida Novo

Sílvia Rosa da Silva Oliveira

Jorge Ferreira Pato

Lília Ana da Cruz Oliveira Martins Águas

Susana Maria da Silva Martins

António Augusto Marques Mota

Álvaro Miguel Ferreira Ferreira

Fernando José Martins da Silva